

ALEXANDRA MARQUES

SEGREDOS  
DA  
DESCOLONIZAÇÃO  
DE ANGOLA



D.QUIXOTE

## 1<sup>A</sup> PARTE

### 1. A REVOLUÇÃO EM ANGOLA

#### **Sem política definida**

Em Angola, «a notícia do golpe de Estado de 25 de Abril surgiu em pleno cacimbo, na estação má, no tempo das nuvens e do calor húmido» quando «o céu mostra-se indeciso: não chove, mas também o Sol não aparece». Para os luandenses o clima caracterizava também a situação política desde o derrube do regime<sup>1</sup>. Vivia-se um tempo de incerteza e expectativa. Certezas nem os novos decisores militares e políticos da Metrópole tinham quanto ao modelo de descolonização a adoptar no mais complexo caso ultramarino de transferência do Poder, reclamado por três Movimentos armados. As populações ultramarinas (que só conheciam a realidade colonial) não foram efusivas nas reacções. O 25 de Abril «foi um acontecimento inesperado, distante do que eram as suas preocupações habituais» e foi, por isso, recebido «com moderada satisfação»<sup>2</sup>. «Se é certo que a notícia da mudança de regime provocou uma enorme surpresa, tanto entre os europeus como entre os africanos, não é menos verdade que não desencadeou a agitação febril vista nas manifestações na Metrópole», escrevia o enviado especial da *France Presse*<sup>3</sup>.

O governador-geral foi exonerado na noite de 26 de Abril ficando o tenente-coronel Soares Carneiro como interino, mas nenhuma instrução foi recebida sobre a missão das FAP em Angola<sup>4</sup>. Em Maio, o comandante-chefe foi substituído pelo general Franco Pinheiro. Somente com as primeiras declarações políticas em Lisboa foi perceptível «a diferença de posições entre os órgãos de Estado: a Junta de Salvação Nacional (JSN), a Coordenadora do MFA e o governo»<sup>5</sup>. «Não existia uma visão política homogénea no seio do governo provisório. Na ausência de coordenação, cada um fazia mais ou menos aquilo que entendia», diria Mário Soares<sup>6</sup>. Como Ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE) pretendia «assinar rapidamente um cessar-fogo nos territórios

em guerra», mas não era essa a vontade do presidente da República que «tinha de respeitar». A exigência na Metrópole do regresso dos soldados e a confraternização das tropas portuguesas com os nacionalistas tornavam «irrealista» a solução Commonwealth lusófona que Spínola defendera em *Portugal e o Futuro*, publicado em Fevereiro. Na conversa com o chefe de Estado, após ter chegado de Paris, o MNE percebeu que Spínola distinguia autodeterminação de independência, não querendo, porém, que se fizesse um «cavalo de batalha» sobre a questão: o essencial seria negociar a paz. Acreditava ser possível convencê-lo «a ir mais longe» na solução para os territórios africanos. «O importante era avançar» e depois se veria se era preciso convencê-lo ou «vencê-lo»<sup>7</sup>. O plano spinolista era apenas um dos modelos defendidos. Uma «descolonização negociada» como pretendia Melo Antunes aproximava-se da de Mário Soares «sem ser exactamente a mesma». «Cada um começou a trabalhar para seu lado e os dirigentes africanos compreenderam então que cada um de nós conduzia uma política própria, o que lhes abria possibilidades de negociação.»<sup>8</sup>

Os líderes angolanos ignoravam de que forma o novo regime iria resolver a questão ultramarina e não se manifestaram de imediato. A prudência dos Movimentos armados era um aspecto realçado por Washington em 29 de Abril: não tinham reagido publicamente, talvez por Spínola ter aludido a uma solução política, quando exigiam a independência total, da qual não desistiriam facilmente<sup>9</sup>. Embora, militarmente, não tenham saído vitoriosos do conflito colonial: o MPLA encontrava-se enfraquecido desde a cisão de Chipenda (a Revolta do Leste, ocorrida em 1973) e dos intelectuais da Revolta Activa. Reduzida a focos de resistência «nas zonas fronteiriças e nas áreas tradicionais», a FNLA atacava e fugia para as suas bases no Zaire, e a UNITA mantinha-se, desde a sua fundação em 1966, acantonada no Leste e no Sudeste, sem ser reconhecida pelos outros Movimentos que a acusavam de ter colaborado com o Exército português<sup>10</sup>. Em suma, «a situação militar em Angola era francamente mais favorável às forças portuguesas do que em Moçambique ou na Guiné»<sup>11</sup>.

Para Melo Antunes parecia óbvio que o fim do Estado Novo teria de implicar o fim do império, mas «este pensamento estratégico» não era comungado por todo o MFA nem por todos os generais que tinham

aderido à causa. Teve de «abrir caminho» por entre os que «consideravam “precipitado”» reconhecer a independência<sup>12</sup>, o que causou desde o início uma «tensão latente» entre o MFA e a JSN<sup>13</sup>. Como foi evidente na visita a Angola do CEMGFA. Numa conversa privada, Costa Gomes disse a Soares Carneiro que «em Angola iríamos ficar». Nenhum dos membros da comitiva<sup>14</sup> assistira à reunião. No final, Charais revelou o seu desagrado: «*Tinha ficado combinado que um de nós estaria sempre presente nas conversas do general*» (nós o MFA). Quando o governador interino referiu que em caso de referendo ter-se-ia de começar a recensear a população<sup>15</sup>, Charais disse já serem «soluções ultrapassadas». Costa Gomes ainda acreditava na viabilidade do plebiscito e que «Angola ia optar por continuar portuguesa»<sup>16</sup>. Em Luanda exortara os Movimentos à deposição das armas e ao início de negociações e confirmara que os quadros da extinta DGS seriam transferidos para a Polícia de Segurança Pública de Angola (PSPA) e para a Polícia de Informação Militar (PIM), mantendo-se a Organização Provincial de Voluntários para a Defesa Civil de Angola (OPVDCA)<sup>17</sup>.

Se Costa Gomes evitara dizer se a independência seria concedida, quando e como, alguns políticos expressavam a sua opinião revelando a disparidade de pontos de vista e «as diferenças de fundo» sobre o modelo a seguir. Para Almeida Santos dever-se-ia escolher «como interlocutores preferenciais os dirigentes dos Movimentos de Libertação», mas deixar de combater sem que o inimigo depusesse as armas deixaria Portugal sob uma pressão insustentável<sup>18</sup>. Foi o que fizeram. Já Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares voltou a reunir-se com Neto: «*Os Movimentos rejeitavam a ideia de um cessar-fogo sem um acordo político prévio.*» O que considerava «perfeitamente compreensível: não queriam correr o risco de desarmar e desmobilizar as suas tropas antes de terem obtido sérias garantias»<sup>19</sup>. Em Abril, tinham morrido 22 soldados portugueses em Angola<sup>20</sup>. Em meados de Maio Portugal suspendeu todas as operações militares no território: o cessar-fogo era «um acto de boa vontade» e não uma rendição, garantia o comandante-chefe.<sup>21</sup> Mas a trégua não teve efeito imediato: em Maio, o número de baixas «foi semelhante ao do mês anterior»: 21 mortos e feridos e a FNLA e o MPLA endureceram posições para cada um se apresentar «como o interlocutor mais válido em possíveis conversações»<sup>22</sup>.

Na segunda metade do mês de Maio os ataques aumentaram<sup>23</sup>. O apelo do CEMGFA foi rejeitado: sem a garantia formal que a independência seria aprazada os Movimentos não dariam por finda a guerra.

Uma semana depois do I Governo Provisório ser empossado, o Ministro da Coordenação Interterritorial (MCI) Almeida Santos foi a Angola auscultar as «forças vivas» para nomear o novo governador. Reuniu-se com Franco Pinheiro, deslocou-se a Nova Lisboa e a Benguela e regressou a Luanda em 26 de Maio. Nesse domingo decorreu em frente ao Palácio uma «grande manifestação claramente influenciada pelo MPLA, com palavras de ordem que apontavam para a exigência da independência total». Almeida Santos e o futuro ministro da Justiça (do MPLA) Diógenes Boavida, seu colega na Universidade de Coimbra, falaram da janela à multidão<sup>24</sup>. No final ocorreram tumultos: «*Algumas montras partidas, carros amolgados, taxistas agredidos.*»<sup>25</sup> «*Vários automóveis foram virados, europeus molestados e a Polícia posta em debandada. Só depois do Exército ter disparado para o ar é que o conflito acabou.*»<sup>26</sup> De seguida, apareceram os brancos: encheram o largo fronteiro «e não arredavam pé: vaias, insultos, nomes» em vernáculo ouviram-se do exterior. Como se retirava o ministro do Palácio para ir apanhar o avião? Fazendo aterrar um helicóptero nos jardins ou saindo pelas traseiras foram as hipóteses colocadas. Para entreter a multidão, Soares Carneiro falou do gradeamento aos manifestantes enquanto o automóvel se preparava para sair: o general entrou no veículo que transpôs os portões sob «algumas punhadas valentes em cima do *capot*», antes de os batedores arrancarem a toda a velocidade<sup>27</sup>. No dia seguinte eram proibidas as manifestações públicas não previamente autorizadas.

Ao cônsul-geral americano Everett Briggs o ministro disse que, ao invés de Moçambique, onde tinha sido fácil encontrar um nome consensual, em Angola tinham-lhe sugerido mais de 40 nomes, a maior parte dos quais inaceitável, «pelo menos, para uma considerável minoria»<sup>28</sup>. A personalidade «mais esmagadoramente desejada» foi Silvino Silvério Marques (governador de Angola entre 1962-1966)<sup>29</sup>. Para o cônsul americano a independência seria uma realidade, mas como não havia «raízes democráticas» em Angola (nem tempo para as implantar) e as diferenças entre os Movimentos eram abissais, seria irrealista crer na sobrevivência de um governo

representativo, considerando ainda que se a situação política se deteriorasse rapidamente, como a maioria dos quase 600.000 brancos de Angola acreditava, a retirada da tropa portuguesa poderia causar um banho de sangue racial no território<sup>30</sup>.

A saída da tropa portuguesa era o maior receio da população branca. O CEME, general Jaime Silvério Marques, emitira uma circular sobre o dever da tropa se manter em Angola em «defesa da vida das populações»: «*Estamos em negociações. Temos de manter uma posição de força para que o adversário as respeite.*» Os soldados que estavam a terminar as comissões teriam de ser rendidos, mas tratava-se «mais de uma missão de paz do que de guerra»<sup>31</sup>. E, contudo, a paz ainda não tinha chegado a muitos pontos do território. Em Luanda, a morte de um soldado desfardado no Bairro Marçal (numa rixa que envolveu alguns taxistas) suscitara uma marcha automóvel de protesto pela cidade ao som de um incessante buzinao<sup>32</sup>. Para o líder da Revolta Activa, Mário Pinto de Andrade, «os extremismos» gerados pelo medo, a preocupação e a ignorância da maioria da população (tanto negra como branca) eram a causa do «ódio recíproco» que varria a capital. «O esfaqueamento de um soldado, os recontros de populares ao jeito nítido de ajuste de contas e o rebentamento de uma bomba num bairro de Luanda» indiciavam que os problemas raciais iriam começar<sup>33</sup>. O mais mediático ocorreu no dia 6 de Junho quando foi conhecida a morte de um enfermeiro negro de 39 anos, apoiante do MPLA, baleado na véspera num bar de um muceque após uma discussão com um simpatizante branco da UNITA<sup>34</sup>. O Movimento de Defesa dos Interesses de Angola (MDIA) «exortou a população de Luanda a apresentar-se nos dias seguintes de gravata preta, a abster-se de frequentar bares e a assistir às cerimónias religiosas» de João Pedro Bengue. Muitas centenas de negros e algumas dezenas de brancos incorporaram o cortejo fúnebre, que ao longo de uma hora percorreu silenciosamente os dois quilómetros até ao cemitério<sup>35</sup>.

### O MFA em acção

Em Nova Iorque, o enviado do governo português à ONU, Jorge Sampaio, revelava a sua «satisfação e surpresa por nenhum representante africano (incluindo os argelinos com os quais falou) ter exigi-

do a independência imediata dos territórios africanos»<sup>36</sup>. A pretensão de Spínola talvez pudesse ser bem acolhida, mas seria preciso convencer os estadistas reunidos em Mogadíscio, na cimeira da OUA, aos quais o chefe de Estado fez saber que não haveria «a entrega imediata da soberania em qualquer território africano, mas uma fase com vista à autodeterminação, implementada num período relativamente extenso»<sup>37</sup>. Para Spínola negociar o cessar-fogo significava passar da «confrontação armada a uma solução política» e, numa fase posterior, realizar uma consulta popular. Realçava o embaixador americano em Lisboa Stuart Scott que, ao evitar a palavra referendo, Spínola deixara em aberto que pudessem ser eleições. Em Mogadíscio, o discurso causou indubitavelmente um coro de protestos<sup>38</sup>.

A UNITA suspendera a guerrilha na parte ocidental do distrito do Moxico, depois de Savimbi se reunir, em 28 de Abril, com o padre António de Araújo Oliveira da missão de São Pedro e São Paulo, a quem o líder da UNITA enviara uma carta com as condições para um encontro com representantes portugueses<sup>39</sup>. Porque estivera cinco anos no Leste, Passos Ramos foi escolhido para chefiar a delegação portuguesa que se deslocou ao Alto do Cangumbe, perto do Luso. Pezarat Correia e Moreira Dias do MFA de Angola acompanharam-no. Foram de comboio e a pé. Nessa reunião de 14 de Junho, Savimbi defendeu uma transição de sete anos, por Angola não dispor de quadros nem os Movimentos estarem preparados para governar a curto prazo. O Coronel informou Costa Gomes do prazo sugerido. «*E recordo-me perfeitamente do desabafo do general Costa Gomes: "Se fossem cinco, já ficava contente. Até dois anos era tão bom."*»<sup>40</sup> O cessar-fogo foi brindado com vinho tinto de um garrafão que os combatentes foram buscar, mas ainda teria de «ser sujeito à aprovação do *Bureau* Político da UNITA»<sup>41</sup>; foi o único, circunscrito ao Leste. Noutras partes de Angola a guerra continuava: no Norte de Cabinda fora encontrada «a fuselagem destroçada de um helicóptero da Força Aérea» desaparecido há seis dias. Não havia vestígios dos tripulantes que, na última mensagem-rádio, tinham comunicado que o aparelho fora atingido. Aquela zona era «cenário de frequentes combates entre as tropas portuguesas e os guerrilheiros do MPLA cujo *modus operandi* era conhecido: «*flagelam e fogem, em seguida, para as suas bases no Congo.*»<sup>42</sup> O MPLA intensifi-

cara a luta desde Março: utilizava novos tipos de armamento; actuava com grupos de efectivos «muito elevados e agressivos» e abusava do uso «de minas e armadilhas de forma isolada e/ou conjugadas com acções violentas». No plano psicológico procurava, «em certos casos com êxito, dissociar a tropa branca da preta, quebrar a vontade de combater das forças militares e obter o apoio das Tropas Especiais, levando-as à deserção». Para Franco Pinheiro era evidente que o MPLA (de Neto) pretendia «alcançar posição relevante no plano militar», que lhe propiciasse «vantagens políticas no plano interno e internacional em relação aos outros partidos». A indisciplina nos quartéis portugueses manifestava-se «de forma acentuada, no comportamento negativo» dos militares, que exploravam «as perspectivas de paz para justificar as recusas em participar em acções de combate». E existia uma «autêntica demissão da responsabilidade de comando», sobretudo, em Belize e no Dingo. No princípio de Junho, «os militares das subunidades exigiram ao comandante a cessação das operações, recusando-se a sair dos seus aquartelamentos, com o argumento que era contrário aos princípios de paz estabelecidos pelo MFA, além de que não havia qualquer razão para que se continuasse a morrer ou ficar estropiado. Pretenderam impor também a sua saída imediata por rendição por outra unidade ou pelo abandono puro e simples daquela parte do território.» De um modo geral, anotava o general, «*todo o pessoal manifesta a intenção de não participar em acções de combate [...], pretende recusar-se a cumprir missões fora da sua Zona de Actuação que não tem, aliás, actividade violenta*»<sup>43</sup>.

Além de Savimbi, apenas a facção Chipenda (antigo futebolista da primeira divisão em Portugal) deixara de combater a leste do Moxico easuldoCazombo<sup>44</sup>, «em aparente contradição com as instruções emanadas do Comando Central [do MPLA] em Brazzaville». Para Luanda começaram a convergir em Junho os activistas libertados e os foragidos dos presídios: «*Desta vez, fugiram 200 reclusos através de um buraco feito na parede da cozinha com martelos e picaretas.*» A fuga ocorreu no dia 22, de manhã. Uma outra fuga organizada ocorrera em 12 de Junho, na qual, durante um comício de protesto, escaparam 100 detidos, estando ainda 40 a monte. «*Os que não se evadiram ocuparam as instalações da penitenciária, exigindo justiça.*»<sup>45</sup>

A evasão ocorrera após a amnistia decretada às infracções de delito comum cometidas até ao dia 15 de Junho<sup>46</sup>. Em 24 de Junho, quando a portaria foi publicada, foram libertados 400 reclusos da Cadeia Civil de Luanda e outros tantos de diversas penitenciárias<sup>47</sup>. Muitos foram de imediato integrados nas milícias populares do MPLA. Era uma das suas fontes de recrutamento; alguns que tinham experiência de guerrilha, como: «o Sandokan e o Sabata apareceram fardados com os seus gangues armados»<sup>48</sup>. «*O incremento da actividade clandestina do MPLA em Luanda tem em vista a conseguir agregar os Comitês de Acção Clandestina, de forma a discipliná-los e a permitir a sua utilização de acordo com as necessidades da sua 1.ª Região Político-Militar.*»<sup>49</sup> Para o órgão oficial do Poder Popular era «estúpida a exigência do general Costa Gomes para que os ML» depusessem incondicionalmente as armas e «neocolonialistas» as propostas de Spínola: votações para os africanos dizerem se queriam ser independentes ou continuarem portugueses eram ridículas porque a independência não era «uma mercadoria para se negociar». Só havia uma resposta: «prosseguir o combate» fora dos teatros de operações convencionais: «*A tarefa táctica principal que se impõe a todos os nacionalistas revolucionários angolanos das zonas urbanas é [...] sair da fase defensiva estratégica em que nos encontramos nas zonas urbanas e passar à ofensiva. Isto só será possível através de propaganda e agitação política.*» A nomeação de Silvino Silvério Marques era considerada, por estas milícias, uma «fantoçada neocolonialista»<sup>50</sup> e Savimbi atacado por cair «na ratoeira» do referendo: «*Referendo agora? O colonialista é esperto que nem um rato; mas a esperteza agora não lhe vale nada. O camarada Samora Machel, presidente da Frelimo disse e muito bem que essa consulta deveria ter sido feita quando começou a luta armada. Não agora!*»<sup>51</sup>

No dia seguinte ao encontro de Spínola com Nixon, Almeida Santos argumentava que «evoluções de tipo federativo, confederativo ou comunitário» figuravam «teoricamente entre as opções possíveis». Era uma ideia menos viável do que nos anos anteriores, mas não a diria «impossível» devendo Portugal negociar «com quem nos faz a guerra».<sup>52</sup> Não se encontrando desclassificados os memorandos americanos sobre a reunião, a única versão conhecida é a do relatório-resumo divulgado pelo antigo presidente, cuja reprodução poderá

não ser isenta de acréscimos ou omissões. Nas Lajes, Spínola opôs-se ao «reconhecimento imediato da independência dos territórios africanos» porque significaria «uma vitória estratégica da União Soviética em África»<sup>53</sup>. «Nixon prometeu apoiar a estratégia de autodeterminação de Spínola. Ambos concordavam que o presidente Mobutu “poderia ser útil”», mas pareceu ao chefe de Estado português que o homólogo americano estava «pouco informado sobre a descolonização em África e apenas preocupado em estancar o comunismo»<sup>54</sup>. Uma semana depois (em 28 de Junho) Spínola nomeou Veiga Simão para a Missão Permanente da ONU, onde Portugal integrava o Grupo da Europa Ocidental com os EUA e Canadá. Por decisão do MNE, a delegação incluía um representante de cada partido do governo: Ramos Costa (PS), Patrício Gouveia (PSD) Maria de Lurdes Soares (PCP), que reportavam às direcções partidárias o que ocorria no areópago<sup>55</sup>.

Em Angola, na sequência da trégua unilateral, o MFA exortava ao direito dos nacionalistas se instalarem onde quisessem<sup>56</sup>. O programa de duas horas diárias *A Voz das Forças Armadas* emitia uma hora de informação em dialecto, e tinham sido distribuídos quatro panfletos, num total de 350.000 exemplares, defendendo «o direito de todos os elementos dos Movimentos e o povo da mata escolherem livremente o local onde se fixar e viver»<sup>57</sup>. Desde a nomeação do novo governador (em 11 de Junho) decorriam na capital movimentações de massas e anúncios de greves. «*Em cada exemplar do jornal Diário de Luanda foi até colocada uma folha a dizer: “Não. Fascista. Não vás ao aeroporto”.*»<sup>58</sup> Quando, no dia 16, saiu do avião, Silvino Silvério Marques foi alvo de «manifestações diversas: uns saudavam-no; outros apupavam-no». Num cartaz lia-se: «Vai-te embora, Silvino!»<sup>59</sup> Dois dias depois, Luanda acordou sem as 50 carreiras urbanas devido à paralisação de motoristas e cobradores dos 150 autocarros da concessionária<sup>60</sup>. Os estivadores e bancários de Luanda, Benguela e Lobito também estavam em greve: os autocarros não circulavam e as dependências bancárias não abriram as portas. Para Rosa Coutinho, a missão do general estava condenada «à nascença». Charais chegou a dizer-lhe que «o Silvério Marques já estava arrumado. “Temos de correr com ele”»<sup>61</sup>.